

ARTIGO**A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO FILOSÓFICO COMO BASE DA CIÊNCIA ECONÔMICA: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA****THE IMPORTANCE OF PHILOSOPHICAL KNOWLEDGE AS THE BASIS OF ECONOMIC SCIENCE: A BRIEF HISTORICAL ANALYSIS****MATHEUS DE OLIVEIRA E SILVA¹****REVERSON SOARES LIMA FILHO²****LUCAS GABRIEL DOS REIS MARTINS³****CELINA JULIA NUNES SANTOS CUNHA⁴****RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar a importância do conhecimento filosófico como base estrutural para a ciência econômica, destacando a interação entre filosofia, ética e economia ao longo da história. Assim, a partir de uma metodologia bibliográfica, foi realizada uma revisão de obras clássicas e contemporâneas, a fim de compreender como concepções filosóficas influenciaram a construção do pensamento econômico. Como resultado, identificou-se que a filosofia fornece fundamentos epistemológicos, éticos e metodológicos essenciais para a formulação das teorias econômicas, desde a antiguidade até os debates atuais sobre justiça social e políticas públicas. Conclui-se que o diálogo contínuo entre filosofia e economia é indispensável para o desenvolvimento de uma abordagem econômica mais crítica, holística e comprometida com a promoção do bem-estar coletivo.

Palavras-chave: filosofia; economia; epistemologia; ética; metodologia.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of philosophical knowledge as a structural basis for economic science, highlighting the interaction between philosophy, ethics and economics throughout history. Thus, based on a bibliographic methodology, a review of classical and contemporary works was carried out in order to understand how philosophical conceptions influenced the construction of economic thought. As a result, it was identified that philosophy provides essential epistemological, ethical and methodological foundations for the formulation of economic theories, from antiquity to current debates on social justice and public policies. It is concluded that the continuous dialogue

1. Graduando em Economia pela Universidade Federal do Pará.
Email: matheus.oliveira.silva@icsa.ufpa.br.

2. Graduando em Economia pela Universidade Federal do Pará.
Email: reverson.filho@icsa.ufpa.br.

3. Graduando em Economia pela Universidade Federal do Pará. Email: lucas.martins@icsa.ufpa.br

4. Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA. Professora Adjunto IV da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Pará.
E-mail: cjnsc@ufpa.br.

between philosophy and economics is indispensable for the development of a more critical, holistic economic approach committed to promoting collective well-being.

Keywords: philosophy; economics; epistemology; ethics; methodology.

1 INTRODUÇÃO

São diversos os filósofos que dedicaram-se a conceituar a filosofia. Por exemplo, para o filósofo grego Platão, a filosofia configura-se como uma busca da verdade pelo raciocínio dialético (Platão, 2006). Para Aristóteles, a filosofia caracteriza-se como uma investigação das causas e princípios primeiros (Aristóteles, 2019). Ainda, o filósofo e cientista francês, René Descartes, argumenta ser a filosofia um método baseado na dúvida sistemática (Descartes, 1973). Cita-se ainda, o filósofo Immanuel Kant, que interpretava a filosofia como uma reflexão sobre os limites do conhecimento (Kant, 1980).

Ademais, o historiador e geógrafo brasileiro Caio Prado Jr, em sua obra “*O que é filosofia?*”, também corrobora com a conceituação dessa ciência e define-a como uma atividade crítica que objetiva compreender a realidade de forma racional e profunda (Prado Jr, 1981). Portanto, a partir dessas concepções, a filosofia configura-se em um instrumento analítico crítico da realidade, permitindo assim uma abstenção do senso comum e das convenções sociais, objetivando um conhecimento racional e verdadeiro.

Por sua vez, considerado o pai da Economia, Adam Smith – filósofo e economista, em 1776 publica sua obra considerada como a base da economia moderna: “*Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*”, nesse livro Smith destaca o egoísmo como motor das interações econômicas (Gala, 2023). Ressalta-se que “*A Riqueza das Nações*” deriva de seu livro “*Teoria dos Sentimentos Morais*” (1759), onde Smith desenvolve a resolução do “problema filosófico” de Francis Hutcheson (1694-1746): Egoísmo vs. Altruísmo. Segundo Griswold (1999), Smith procurou resolver esse problema ao propor a simpatia como base da moralidade, oferecendo uma teoria que reconhece o interesse próprio, mas sem reduzir toda motivação moral a ele.

Ainda, o filósofo Aristóteles em seu célebre livro *Política*, já propunha-se a tratar assuntos que delineiam a ciência econômica. Por exemplo, tratou especificamente

em diferenciar economia e crematística. Segundo o filósofo, o termo economia refere-se ao estudo do abastecimento material do *oikos* ou da *polis*, ou seja, de um lar doméstico ou de uma cidade. Em relação à crematística, Aristóteles argumenta ser o estudo da formação dos preços dos mercados. Ainda, para o filósofo, o abastecimento da casa ou da cidade não deveria ser regulado pelos preços (Martínez-Alier, 1987). Portanto, evidencia-se que os filósofos já se debruçavam em questionar assuntos econômicos, como a natureza da riqueza, da justiça e do valor, lançando os alicerces para o pensamento econômico hodierno.

Segundo Eva Lakatos e Marina Marconi (2003), o conhecimento filosófico é: *valorativo, não verificável, racional, sistemático, infalível e exato*. *Valorativo* no sentido de consistir-se em hipóteses que não podem ser sujeitas à observação, pois as hipóteses filosóficas fundamentam-se na experiência e não na experimentação. Dessa forma, como as hipóteses filosóficas não podem ser experimentadas, logo são *não verificáveis*, pois não podem ser comprovadas nem refutadas. Por sua vez, a sua *racionalidade* consiste em um conjunto de premissas correlacionadas de forma lógica. Por *sistêmico*, entende-se que o conhecimento filosófico concentra-se em hipóteses e proposições que objetivam representar a realidade estudada, tendo em vista a sua compreensão total. E, por fim, por não haver submissão tanto dos seus axiomas quanto das suas hipóteses a um teste observacional, o conhecimento filosófico assume uma dimensão *infalível e exata*.

Assim, evidencia-se que a ciência econômica nasce no seio da filosofia. Em suas origens, a economia era uma parte do pensamento filosófico, sem uma separação clara entre questões econômicas, políticas, morais e sociais. Dessa forma, o conhecimento filosófico é demasiado importante para a construção da economia como uma ciência, pois auxilia no fornecimento de princípios epistemológicos, éticos e, ainda, metodológicos, que fundamentam as elaborações teóricas. Como exposto, desde a Grécia Antiga, Aristóteles já refletia sobre a troca e o valor; no Iluminismo com Adam Smith, o mesmo desenvolveu a economia política a partir de princípios morais. Ademais, posteriormente, escolas econômicas como o marxismo, o liberalismo, o institucionalismo, etc, compuseram os seus postulados a partir das bases filosóficas sobre o papel do indivíduo, da sociedade, do progresso e da liberdade, desenvolvidas antes pelos filósofos.

Sendo assim, esse artigo objetiva compreender a importância do conhecimento filosófico como base estrutural para a ciência econômica. Logo, a partir de uma

metodologia bibliográfica, a realização para tal atividade deu-se através de uma análise minuciosa de artigos, periódicos, revistas científicas, estudos dirigidos, resenhas acadêmicas, dissertações e relatórios institucionais. Ademais, ressalta-se que a apuração das fontes bibliográficas seguiu parâmetros rigorosos, como relevância, atualidade e credibilidade dos autores, garantindo assim um nível de confiabilidade.

Por fim, a presente produção está dividida em cinco partes, além da introdução. A segunda parte dedica-se a abordar a relação histórica entre a filosofia e a economia. A seguir, tratar-se-á a respeito da abordagem metodológica econômica a partir de escolas filosóficas divergentes. Na quarta parte, será discutido o papel da filosofia moral na ciência econômica, como a ética e a economia dialogam. Na penúltima parte, apresentam-se as considerações finais. E, por fim, as referências bibliográficas.

2 CIÊNCIAS SOCIAIS, CIÊNCIAS ECONÔMICAS E FILOSOFIA

A Economia é uma Ciência Social que busca compreender os fenômenos econômicos em interação com a sociedade. Por sua vez, as Ciências Sociais estudam a sociedade como “um constante devir, imaginado e reinventado constantemente pelos seus membros” (Silva, 2014), analisando as interações, estruturas e mudanças sociais. Hunt enfatiza que “uma ciência social livre de valores é impossível – e, mesmo que fosse possível, seria indesejável” (Hunt, 2013), pois qualquer teorização envolve juízos de valor e concepções ideológicas, tornando essencial a análise crítica das teorias econômicas em seus contextos históricos e sociais.

Nesse sentido, a Economia, embora utilize modelos matemáticos, está profundamente ligada a questões políticas e sociais. Toda teorização econômica reflete interesses de classe e escolhas metodológicas influenciadas por valores, determinando quais problemas são considerados relevantes para estudo. Assim, a influência dos valores na Economia não é apenas metodológica, mas filosófica, relacionada à construção do conhecimento e à tomada de decisões éticas.

Portanto, a interação entre economia e sociedade é algo debatido há muito por filósofos e economistas. Com o advento do Iluminismo – movimento intelectual e cultural que valorizava a razão e a ciência em detrimento da fé e tradição, Adam Smith desenvolveu a economia política a partir de princípios morais e filosóficos. Assim, em “A Riqueza das Nações”, ele argumenta que o mercado funciona de

forma eficiente devido ao interesse próprio dos indivíduos, guiado por uma “mão invisível”, como dito por ele “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (Smith, 1996), mas sua visão não se limitava a um mercado livre sem preocupações éticas.

Por exemplo, em “Teoria dos Sentimentos Morais” (1759), Smith argumenta que o ser humano é dotado de um conjunto diverso de sentimentos e, a partir deles, as reações e os comportamentos são determinados, no entanto o autor frisa que esses diferentes sentimentos não são em si próprios bons ou maus, mas que a moralidade de uma ação é expressa através da relação harmônica de concordância com o plano divino. Ademais, Smith reconhece que o amor próprio e a busca do interesse pessoal são sentimentos naturais dos seres humanos, contudo defende que esses devem ser controlados para que não viole os direitos dos outros e nem inviabilize a convivência em sociedade (Cerqueira, 2004). Dessa forma, para Smith a economia precisa estar ancorada na simpatia e na moralidade, garantindo que a busca pelo lucro não comprometa o bem-estar social.

Ademais, o empirismo britânico também exerceu forte influência sobre a economia. David Hume argumentava que as decisões econômicas não são totalmente racionais, mas baseadas em hábitos e percepções subjetivas. Sua visão sobre a relação entre moeda e inflação foi fundamental para o pensamento econômico clássico (Hume, 2001), e antecipou temas explorados na economia comportamental. Por outro lado, John Locke, ao desenvolver a noção de propriedade privada como um direito natural, defendeu que o trabalho é o que legitima a posse dos bens, ideia que fundamentou o liberalismo econômico (Locke, 1994). Contudo, Locke também impôs um limite ético à acumulação, sugerindo que a propriedade deveria ser usufruída sem prejudicar o restante da sociedade, um ponto que seria amplamente discutido nas teorias econômicas posteriores.

A crítica mais radical à economia política clássica veio com Karl Marx, influenciado pela filosofia hegeliana e pelo materialismo histórico. Para o pensamento marxista, a economia não pode ser dissociada das relações de classe e do sistema de exploração do trabalho. Sua teoria do valor-trabalho afirma que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la, e não apenas pela oferta e demanda (Marx, 2013). Além disso, ele introduziu conceitos filosóficos como alienação, argumentando que o capitalismo desumaniza os

trabalhadores ao transformá-los em meros instrumentos da produção.

Ainda, para Marx, as ideias e instituições sociais não são a causa, mas o reflexo das condições materiais de existência, especialmente das relações de produção. Assim, a história humana é movida pela luta de classes, e não pela realização do espírito absoluto, como defendia Hegel. O autor também criticou a filosofia tradicional por limitar-se à interpretação do mundo, defendendo, em sua célebre tese, que “o que importa é transformá-lo” (Marx, 2007), estabelecendo, assim, um compromisso ético e prático com a emancipação humana.

Dessa forma, a filosofia não apenas moldou os fundamentos da economia, mas também influenciou a forma como diferentes escolas econômicas interpretam temas centrais como valor, justiça, propriedade e progresso. O pensamento econômico não se desenvolveu isoladamente, mas sempre esteve inserido em debates filosóficos sobre ética, política e sociedade, o que reforça a necessidade de um olhar crítico e interdisciplinar na análise dos fenômenos econômicos.

3 FILOSOFIA E METODOLOGIA ECONÔMICA

A ciência econômica como grande área, possui duas importantes divisões interpretativas seminais, delas parte as concepções filosóficas e políticas da economia, são elas: economia positiva e economia normativa. Segundo Samuelson e Nordhaus (2010), a economia positiva trata a *realidade como ela é*, baseia-se em análises e evidências empíricas; por sua vez, a economia normativa envolve preceitos éticos e normas de justiça, esta tende a ditar *como a realidade deveria ser*.

Basicamente, ao descrever a economia e construir modelos teóricos preditivos, os economistas realizam a economia positiva, no entanto, ao avaliar políticas alternativas, visando os custos e benefícios, dedicam-se à economia normativa (Stiglitz; Walsh, 2003, p. 16, *apud* Pimenta, 2006). Logo, o impasse entre as duas abordagens reside no fato de que o positivismo tenta manter a economia como uma ciência objetiva e livre de juízos de valor, enquanto que o normativismo argumenta que as decisões econômicas são sempre influenciadas por questões éticas e sociais.

Diante disso, emerge uma questão metodológica demasiada importante, pois o modo como as escolas econômicas interpretam os comportamentos econômicos,

os agentes e as estruturas de mercado, partem dessas duas concepções. Sendo assim, coexiste uma diferença interpretativa metodológica econômica, ou seja, uma diferença entre a economia neoclássica, baseada no individualismo metodológico, e as abordagens heterodoxas.

Dessa forma, o individualismo metodológico baseia-se na ideia de que os agentes econômicos (indivíduos e empresas) agem racionalmente a fim de maximizar sua utilidade (consumidor) ou lucro (empresa) e, para isso, apoia-se em modelos matemáticos e suposições de mercados eficientes e equilíbrio geral, além de preferências estáveis, informação perfeita e competição perfeita. Segundo Bresser-Pereira, para os economistas neoclássicos, o que legitima a sua ciência é a sua formalização, ou seja, a adoção de um método dedutivo. Ainda, acrescenta que o individualismo metodológico reduz a economia ao raciocínio matemático e deduz que todos os modelos possuem um micro fundamento em comum: a plena racionalidade dos agentes (Bresser-Pereira, 2009).

Por sua vez, a abordagem metodológica heterodoxa rejeita a visão neoclássica e assinala a importância dos aspectos históricos, institucionais e sociais na economia. Não há somente uma metodologia heterodoxa, por exemplo, a escola Marxista, que analisa a economia a partir das relações de produção e da luta de classes, possui uma metodologia holística; a Keynesiana/Pós-Keynesiana, que dá ênfase à incerteza, demanda agregada e papel do Estado na economia, possui o organicismo metodológico; a Institucionalista, que destaca o papel das instituições e normas sociais na economia, possui o institucionalismo metodológico. Portanto, conforme Lavoie (2014, *apud* Sposito, 2023), a economia heterodoxa compõe-se de um grupo amplo e heterogêneo de escolas de pensamentos distintos, ainda que ela vise uma integração de escolas sob uma mesma base de pensamentos pluralistas.

Ademais, a crítica à hegemonia do individualismo metodológico também ganha força a partir de abordagens filosóficas que ressaltam a dimensão coletiva da ação econômica. Por exemplo, a economia institucionalista defende que o comportamento dos agentes não é resultado apenas de escolhas racionais isoladas, mas condicionado por normas, costumes e instituições sociais. Logo, essa visão recupera a tradição aristotélica, que já reconhecia a importância do contexto comunitário na definição das escolhas humanas (Freitas, 2021).

Por fim, deve-se destacar o papel da epistemologia na construção de modelos

econômicos. A epistemologia configura-se como a filosofia da ciência, ou seja, comporta-se como um estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. Logo, a epistemologia é o estudo do conhecimento. Ademais, Karl Popper argumenta que a filosofia das ciências (epistemologia) caracteriza-se como uma crítica contínua às concepções científicas já postuladas. (Tesser, 1995)

Dessa forma, a epistemologia desempenha um papel crucial na elaboração de modelos econômicos, pois define os critérios de validade e os métodos apropriados para a análise econômica. Por exemplo, Milton Friedman (1953), em "Essays in Positive Economics", defende o instrumentalismo, argumentando que a realidade dos pressupostos não importa, desde que o modelo gere previsões precisas.

Por sua vez, Tony Lawson, em "*Economics and Reality*" (1997), critica a excessiva formalização matemática na economia neoclássica, defendendo uma abordagem mais realista e baseada na estrutura social. (Bresser-Pereira, 2005, p. 1-8). Já Ludwig von Mises (2010), em "*Ação Humana*", fundamenta a economia na praxeologia, enfatizando a dedução lógica em vez da modelagem estatística. Sendo assim, a epistemologia define os limites e a confiabilidade dos modelos econômicos, influenciando a forma como a economia interpreta a realidade.

4 ÉTICA E ECONOMIA

Quando se visita a história da economia, no seu princípio, enquanto dava os primeiros passos enquanto ciência, percebe-se que a fundação da mesma está posta sobre os dilemas morais da ação humana, isto é, a sua ética. Por exemplo, no livro *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, buscando entender o que compreendia às nações prosperarem no findar do capitalismo mercantilista e no alvorecer do capitalismo industrial, era, não somente o meio de produção mas a razão pela qual esse meio vigorava: o egoísmo ou a busca pelo autointeresse.

A abordagem de Smith, ainda que analise as conformações econômicas de sua época, expõe a pressuposição de que o egoísmo ou a busca pelo autointeresse não são meramente impulsos individuais, mas mecanismos sociais capazes de ordenar a vida econômica – o tal do axioma da *mão invisível*. Contudo, essa visão não implica uma celebração acrítica da ganância. Pelo contrário, Smith via o autointeresse como uma força que, quando regulada por normas éticas e instituições justas, poderia evitar a anarquia e promover a inovação e a divisão do trabalho (Smith, 1996).

Assim, essa perspectiva revela uma sofisticação que muitas interpretações reducionistas de Smith ignoram: para ele, o mercado não era um fenômeno natural, mas uma construção social dependente de confiança, reciprocidade e limites morais. Como ressalta Amartya Sen, “o distanciamento entre ética e economia empobrece não apenas a economia do bem-estar, mas também enfraquece a base de boa parte da economia descritiva e preditiva” (Sen, 2013).

Dessa forma, essa visão ressalta a importância da filosofia moral na definição de políticas econômicas, já que a estrutura institucional (como leis e normas) deve refletir valores éticos para evitar distorções. E o mercado, a partir da visão smithiana, estava tão conectado com as posições éticas tomadas pelos comerciantes que o próprio autor duvidava de quem abusava da boa-fé ao invés de buscar o interesse próprio, sendo esta, dentro de seu contexto, uma proposta filosófica arriscada.

Segundo Fleischacker (2004), assim como Burke, Smith demonstra desconfiança em relação à alegada boa-fé dos comerciantes que dizem agir em nome do interesse público, entendendo ser mais honesto que assumam seu autointeresse. Para o autor, ao buscar seu próprio benefício, o comerciante muitas vezes acaba contribuindo para a sociedade de forma mais eficaz do que quando pretende fazê-lo diretamente.

Dessa forma, a crítica de Smith aponta que o governo não deve levar a sério discursos altruístas utilizados por comerciantes em busca de proteção estatal, ainda que esse grupo fosse um dos mais recorrentes em solicitar apoios indevidos. Entretanto, Fleischacker destaca que há uma dimensão mais ampla nesse argumento, relacionada à visão de Smith de que cada indivíduo conhece melhor sua própria realidade local do que algo tão abrangente quanto o bem público, o que explica por que tentativas diretas de promovê-lo tendem a fracassar (Fleischacker, 2004).

Sendo assim, a tensão entre ética e economia tornou-se ainda mais evidente com o avanço do capitalismo industrial. Enquanto Smith acreditava que a concorrência equilibraria os excessos do autointeresse, pensadores como Karl Marx apontaram que a acumulação capitalista geraria desigualdades estruturais, alienando o trabalhador de seu próprio trabalho e, conseqüentemente, de seus frutos (Marx, 2013).

Ademais, essa crítica expôs um dilema persistente: como garantir que a eficiência econômica não corroa os laços sociais? A resposta a essa pergunta envolve debates

centrais sobre justiça distributiva e equidade. Visto que, enquanto John Rawls, em *Uma Teoria da Justiça* (1971), defende que as desigualdades só são aceitáveis se beneficiarem os menos favorecidos (princípio da diferença), Robert Nozick, em *Anarquia, Estado e Utopia* (1974), argumenta que a redistribuição coercitiva viola direitos individuais, privilegiando a liberdade sobre a igualdade.

A resposta de Smith, ancorada em sua teoria moral, sugeria que a economia precisava ser embutida em uma cultura de simpatia (entendida como a capacidade de se colocar no lugar do outro), algo que o capitalismo posterior muitas vezes negligenciou. Sen argumenta ainda que “descartar toda motivação e valoração que não sejam de autointeresse extremamente restrito é algo difícil de justificar com base na utilidade para fazer previsões, além de ter uma bem duvidosa sustentação empírica” (Sen, 2013), enfatizando que a riqueza de considerações éticas é indispensável para compreender a complexidade do comportamento humano. Essa negligência é evidenciada na economia do bem-estar social, que, segundo Amartya Sen (2013), tornou-se limitada ao priorizar modelos baseados em autointeresse restrito, ignorando dimensões como liberdades substantivas e capacidades humanas.

Isto posto, economistas como Amartya Sen retomaram essa dualidade smithiana, argumentando que a separação entre economia e ética levou a uma disciplina empobrecida, incapaz de lidar com questões como pobreza e justiça distributiva. Sen defende que a verdadeira riqueza das nações reside não apenas na produção material, mas na expansão das liberdades individuais e coletivas (Sen, 2013). Essa visão dialoga com a filosofia moral rawlsiana, ao enfatizar a equidade como base para políticas públicas, mas também desafia o utilitarismo ao incorporar uma pluralidade de valores. Conforme Sen destaca, “o uso disseminado da extremamente restrita suposição do comportamento autointeressado tem limitado de forma séria o alcance da economia preditiva e dificultado a investigação de várias relações econômicas importantes” (Sen, 2013).

Essa reflexão ecoa a visão original de Smith, para quem a prosperidade era indissociável de virtudes cívicas e do bem comum. Contudo, o desafio contemporâneo reside em conciliar eficiência econômica com justiça social, tema que a economia do bem-estar busca abordar através de critérios como a maximização da utilidade social ou a priorização de capacidades (como proposto por Sen). Ainda, Sen ressalta que “a riqueza de considerações éticas nas avaliações

em economia do bem-estar tem relevância direta para o comportamento pessoal" (Sen, 2013), reforçando a necessidade de integrar múltiplas motivações – além do autointeresse estrito – para uma análise mais completa das relações econômicas.

Hodiernamente, o aprofundamento do debate sobre ética e economia tem-se dado a partir de desafios, como a crise climática e a crescente desigualdade global. A ética ambiental, por exemplo, emerge como um campo que questiona os limites morais do modelo econômico baseado no crescimento ilimitado e na exploração desenfreada dos recursos naturais. Assim, filósofos como Hans Jonas (1903 - 1993) defendem o princípio da responsabilidade, segundo o qual as escolhas econômicas atuais devem considerar os impactos sobre as gerações futuras, apontando para uma necessária redefinição das prioridades econômicas em direção à sustentabilidade (Battestin; Ghiggi, 2010).

Além disso, a crescente complexidade das economias globais coloca novas questões éticas sobre a responsabilidade social das corporações e a governança econômica internacional. Dessa forma, iniciativas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU evidenciam a tentativa de integrar princípios éticos e metas econômicas, demonstrando que a separação entre moralidade e economia se torna cada vez menos defensável. Assim, a filosofia ética contemporânea continua sendo um instrumento essencial para orientar políticas que conciliem eficiência com justiça social e ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise do conhecimento filosófico como base da ciência econômica revela que o desenvolvimento do pensamento econômico não ocorreu de forma isolada, mas sempre em diálogo com os fundamentos éticos e epistemológicos que regem a ação humana. Desde a abordagem de Adam Smith – que, ao diferenciar o autointeresse como um motor potencial de prosperidade quando regulado por normas éticas, demonstra a complexidade de um comportamento que vai além da mera ganância – até as críticas de Karl Marx, que expõem as desigualdades estruturais e a alienação do trabalhador, percebe-se que a economia sempre se construiu sobre pilares filosóficos sólidos.

Essa integração entre ética e economia se torna ainda mais evidente no debate metodológico que divide o positivismo do normativismo, mostrando que os modelos econômicos, por mais que busquem objetividade, não podem se desvincular dos

juízos de valor intrínsecos à natureza humana. Economistas contemporâneos, como Amartya Sen, reforçam a necessidade de ampliar o campo analítico da economia, incorporando dimensões que ultrapassam o estreito autointeresse e promovem a expansão das liberdades individuais e coletivas.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que a formação dos economistas contemple uma sólida base filosófica, capaz de fomentar o pensamento crítico e a sensibilidade ética diante dos desafios contemporâneos, como as crises ambientais, a desigualdade social e a transformação digital. Tais questões exigem não apenas soluções técnicas, mas também reflexões profundas sobre os valores que orientam as escolhas econômicas e políticas, reforçando a relevância de uma economia que se reconhece como uma ciência humana, complexa e indissociável da filosofia.

Portanto, reconhecer o conhecimento filosófico como fundamento estrutural da ciência econômica é crucial para a elaboração de políticas públicas que conciliem eficiência e justiça social. Ao repensar os modelos econômicos à luz de valores éticos, abre-se caminho para uma abordagem mais holística e realista dos fenômenos econômicos, capaz de contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e inclusiva. Em última análise, o contínuo diálogo entre filosofia e economia não só enriquece o arcabouço teórico da disciplina, mas também orienta a prática de políticas que visem o bem-estar coletivo e a construção de uma ordem social mais equânime.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2019.

BATTESTIN, C; GHIGGI, G. O princípio responsabilidade de Hans Jonas: um princípio ético para os novos tempos. **Thaumazein: Revista Online de Filosofia**, Santa Maria (RS, Brasil), v. 3, n. 6, p. 69–85, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/thaumazein/article/view/164>. Acesso em: 30 maio 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Ortodoxos e histórico-institucionalistas. In: ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 10., Campinas, 2005. **Anais** [...]. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/works/smallpapers/14.Lawson-Ortodoxos_Historico-Institucionalistas.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica.

Revista de Economia Política, São Paulo, v. 29, n. 2 (114), p. 163-190, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/4PtV3N9hn8QQDn84ypfYKbT/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CERQUEIRA, H. E. DA G. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 24, nº 3 (95), p. 433-453, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1613>. Acesso em: 30 mai. 2025.

DESCARTES, R. **Meditações metafísicas**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

FLEISCHACKER, S. **On Adam Smith's Wealth of Nations: A Philosophical Companion**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

FREITAS, T. R. O resgate do Institucionalismo de Veblen e seus avanços em relação às abordagens de Chang e North. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 01-31, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2021.e74444>. Acesso em: 30 mai. 2025

FRIEDMAN, M. The Methodology of Positive Economics. In: FRIEDMAN, M. **Essays in Positive Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1953, p. 3-43. Disponível em: https://sciencepolicy.colorado.edu/students/envs_5120/friedman_1966.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025.

GALA, P. **A teoria dos sentimentos morais e o egoísmo para Adam Smith**. 2023. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/a-teoria-dos-sentimentos-morais-e-o-egoismo-para-adam-smith/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

GRISWOLD, C. L. **Adam Smith and the virtues of enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

HUME, D. **Tratado da natureza humana**. Tradução de João Paulo Monteiro e Eduardo Giannetti. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

HUNT, E. K; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução de Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger.

São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil**. Introdução de J.W. Gough. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Economía y ecología: cuestiones fundamentales. In: SUNKEL, Osvaldo (org.). **Medio ambiente: deterioro y recuperación**. Madrid: ICI/CEPAL, n. 12, jul./dic. 1987. p. 41-60.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOZICK, R. **Anarquia, estado e utopia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 395p.

PIMENTA, E. G. Direito, economia e relações patrimoniais privadas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 43, n. 170, p. 159-173, abr./jun. 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92839/Pimenta%20Eduardo.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 fev. 2025.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

PRADO JR., C. **O que é filosofia?**. 1. ed. v. 37. São Paulo: Brasiliense, 1981. Coleção Primeiros Passos. Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/7771/material/Cole%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-Que-%C3%A9-Filosofia_CAIO%20PRADO%20JR.pdf, Acesso em: 10 fev. 2025.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. **Economics**. McGraw-Hill, 19 ed., 2010.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. Versão digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. Disponível em: <https://perguntese.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/06/sobre-etica-e-economia-amartya-sen.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVA, S. J. **Introdução às ciências sociais**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2014. Disponível em: <https://acervo.sead.ufes.br/arquivos/introducao-as-ciencias-sociais.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SMITH, A. **Teoria dos Sentimentos Morais**. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SPOSITO, T. C. O. A economia brasileira na literatura econômica: convergências e divergências nas abordagens ortodoxa e heterodoxa. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 35, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/download/60607/42621>. Acesso em: 8 fev. 2025.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 10, p. 91-98, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.131>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VON MISES, L. **Ação humana: um tratado de economia**. 3. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <https://mises.org.br/livros/90/acao-humana-um-tratado-de-economia>. Acesso em: 16 fev. 2025.